

A conta ficou para 2024

» MOZART NEVES RAMOS

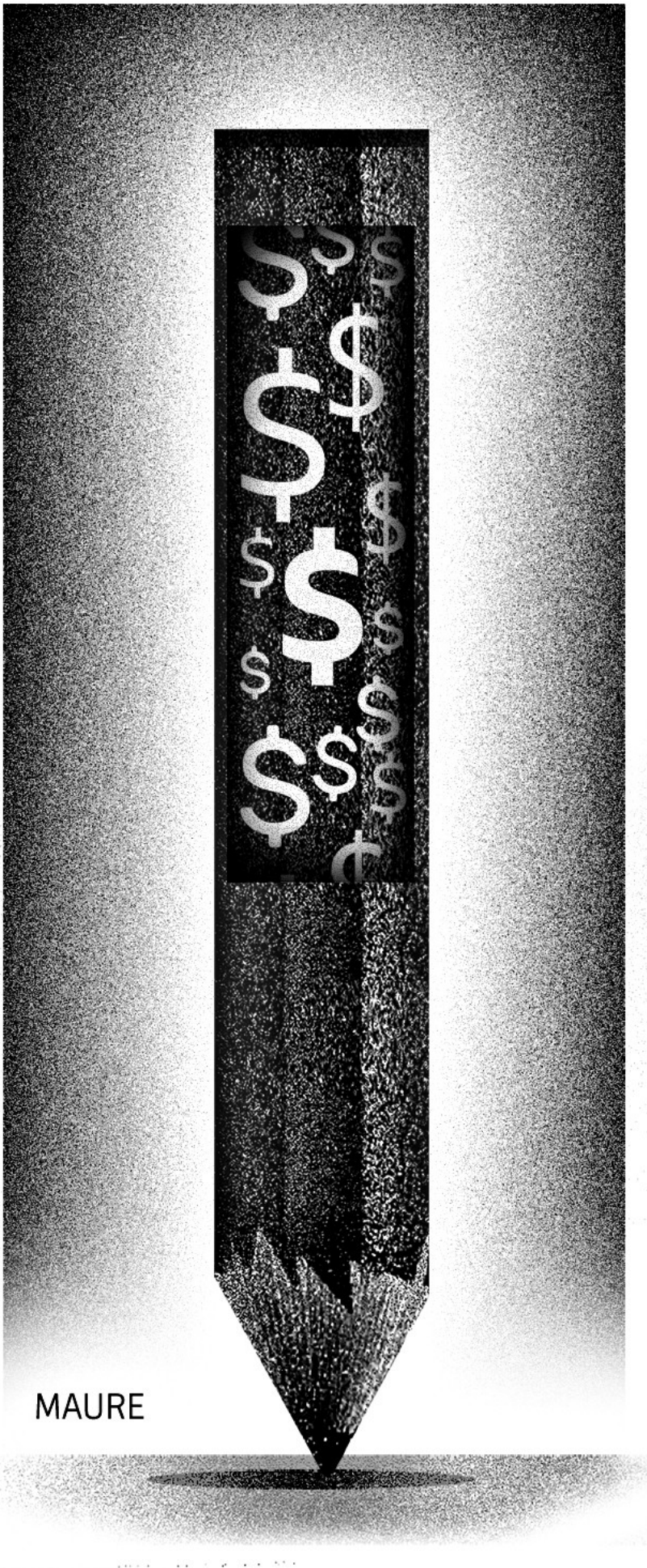
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

Minhas reflexões são de alguém que está na planície, e não no planalto — por isso suscetíveis a um ou outro equívoco. Contudo, tenho andado por muitas planícies deste Brasil afora. Começamos o ano de 2023 com muitas esperanças de uma nova agenda para a educação (<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaao/2023/01/5063130-artigo-o-novo-mec-e-seus-desafios.html>). Nosso artigo foi concluído com a frase: “Estou confiante e com o velho entusiasmo de volta”. Mas fui perdendo aos poucos o entusiasmo, não a esperança — como todo realista esperançoso, na concepção de nosso saudoso Ariano Suassuna.

A velocidade com que o Ministério da Educação imprimiu não foi a esperada, ficou refém de alguns poucos temas, como o ensino médio e a autorização de novos cursos de medicina. Não vou, aqui, julgar, pois cabe ao Ministério da Educação (MEC) fazer essa avaliação, mas faltaram sobretudo melhor articulação e maior mobilização para operar a tão sonhada agenda. Terminamos o ano de 2023 com a sensação de que faltou muita coisa — fruto, talvez, da ansiedade de quatro anos de paralisia potencializada pela pandemia.

Vamos começar esta análise reflexiva por aquilo que, a nosso ver, tomou o maior tempo do MEC em 2023: a peleja do ensino médio. E o pior: terminamos o ano sem resolvê-la — e, com isso, mais de 7 milhões de jovens, de escolas públicas e particulares, começam o ano sem um norte seguro para se preparar para a vida, para o ensino superior e para o mundo do trabalho. Na tentativa de frear o crescente desinteresse do jovem pela atual escola de ensino médio, refletido inclusive nas inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o governo sinaliza para uma bolsa de estudos, para que um maior número de estudantes possa concluir essa última etapa da educação básica.

A proposta que ainda tramita no Congresso deve beneficiar 2,5 milhões de alunos com renda familiar mensal de até R\$ 218 por pessoa. A preocupação do governo procede: em 2019, mais de 300 mil jovens abandonaram o ensino médio; se levarmos em conta o número de alunos reprovados, chegamos a quase 1 milhão de jovens. Um desperdício brutal de dinheiro, devido à ineficiência do atual ensino médio, sem esquecer que de cada 100 jovens dos que terminam essa última etapa da educação básica, apenas cinco aprenderam o que seria esperado em matemática (<https://qedu.org.br>).



Não vamos esquecer de que o problema do ensino médio começa nos anos finais do ensino fundamental (EF) — não querer enxergar isso é como se estivéssemos vendo apenas a parte visível do iceberg. E, para enfrentá-lo adequadamente, vamos precisar de uma grande aliança

colaborativa entre as três esferas de governo — ou seja, colocar em prática o regime de colaboração. Em alguns estados, essa etapa é oferecida majoritariamente pelas redes estaduais, como é o caso dos estados do Paraná e de Roraima; em outros, a oferta majoritária é dos municípios, como é o caso dos estados do Maranhão e do Ceará. Ao término do 9º ano do EF, de cada 100 concluintes, apenas 15 aprenderam o que seria esperado em matemática, com base nos dados de 2021 (<https://qedu.org.br>).

No primeiro semestre de 2023, o governo lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), inspirado no exitoso programa de alfabetização de crianças cearenses. Em minhas andanças, a sensação que tenho é de que faltam coordenação, articulação e mobilização para que esse pacto chegue, de fato, ao chão da escola. E, para fazê-lo decolar, será preciso correr contra o tempo, uma vez que 2024 será um ano “curto”, em decorrência das eleições municipais.

O Plano Nacional de Educação (PNE) se conclui em 2024, e a maior parte das metas não foram cumpridas. O desafio da melhora da aprendizagem e da redução da desigualdade escolar só cresceu, impulsionado pela pandemia e pela política educacional equivocada do governo anterior. Saímos da marcha ré, essa é a boa notícia. A parte triste é que estamos ainda na primeira marcha — o carro da educação precisa acelerar.

O governo se mostrou preocupado com o baixo acesso à internet pelas escolas públicas, especialmente as rurais. Isso ficou evidente durante a pandemia. Assim, lançou, em outubro de 2023, a chamada Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), mas vai precisar como nunca colocar também em prática o regime de colaboração — incluindo nesse caso, no meu entendimento, setores da sociedade civil vinculados à educação, que podem ajudar na sua implementação. Não basta levar tecnologia para as escolas — é preciso preparar os professores.

Para implementar sua agenda, o MEC vai precisar de todos. Se ficar refém de alguns poucos setores da educação, a agenda não vai decolar. O grande sucesso dessa pasta nos dois primeiros governos do presidente Lula foi a capacidade de mobilizar a sociedade pela causa da educação. Para isso, basta colocar em prática o artigo 205 da Constituição Federal — a oferta de uma educação que desenvolva plenamente as pessoas é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade.

O impacto da mineração no PIB das cidades

» EDUARDO BARTOLOMEIO
CEO da Vale

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) divulgou o ranking das cidades mais ricas do Brasil — ou seja, as que tinham o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2021. A lista é encabeçada pelas localidades onde a indústria extrativista é a principal fonte de receita. Três são mineiras — Catas Altas, São Gonçalo do Rio Abaixo e Itatiaiuçu — e uma é paraense — Canaã dos Carajás. Catas Altas, de 5 mil habitantes, lidera o ranking nacional, com renda de R\$ 920,8 mil, seguida de Canaã, cuja média por pessoa é de R\$ 894,8 mil.

O setor de mineração é sempre lembrado pelo impacto positivo na balança comercial e nas contas externas do país. Afinal, o minério de ferro se destaca como um dos nossos produtos líderes em exportação, ao lado do petróleo, da soja e dos seus derivados. Mas os resultados mais efetivos e concretos da produção mineral podem ser constatados nas cidades, graças ao enorme potencial na geração de renda e de empregos.

Atualmente, 2.699 municípios recolhem a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), os royalties da mineração, pela produção de 91 produtos minerais. Ou seja, aproximadamente metade das cidades brasileiras se beneficiam dessa arrecadação, provando que somos um país essencialmente minerador e devemos nos orgulhar disso.

No ano passado, um estudo do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram) já havia mostrado que, das 15 maiores cidades mineradoras do país, 10 apresentavam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que o de seus respectivos Estados. Todos estavam na faixa de médio e alto em desenvolvimento humano, segundo o indicador criado pela ONU para mensurar o bem-estar da população em diversas dimensões, como saúde, educação, renda e expectativa de vida.

Sabemos, evidentemente, que os números frios das estatísticas nem sempre refletem a realidade por diversos fatores, mas os indicadores disponíveis ilustram uma evolução favorável dos municípios com a presença da indústria mineral.

A CFEM foi criada pela Constituição de 1988 como mecanismo para compensar a utilização econômica dos recursos minerais nos territórios. A maior parte da arrecadação (75%) fica nos municípios, outros 15% vão para os estados e 10%, para a União. Embora o Tribunal de Contas da União oriente que as receitas da CFEM devam ser investidas em projetos que beneficiem a comunidade, como melhoria de infraestrutura, saúde, educação e meio ambiente, a legislação não determina as áreas para as quais os recursos precisam ser empregados, cabendo à administração municipal promover a sua gestão eficiente.

Para incentivar a melhor aplicação das receitas da CFEM, o Ibram criou, em 2022, com o apoio do Ministério das Minas e Energia e da Agenda Pública, o Prêmio Municípios Mineradores. O objetivo é reconhecer ações de gestão em categorias que evidenciam bom desempenho, qualidade dos serviços públicos e bem-estar da população. Na primeira edição, foram oito premiados, escolhidos a partir de uma avaliação de 40 indicadores, comparando-os com o desempenho de 200 municípios com maior presença da mineração em todo o país.

O interessante é que as cidades que aparecem na lista do PIB per capita do IBGE também se destacaram na premiação do Ibram. Canaã dos Carajás e São Gonçalo do Rio Abaixo ganharam dois prêmios cada. O município paraense foi reconhecido nas categorias “Saúde” e “Infraestrutura” e seu par mineiro, em “Proteção Social” e “Meio Ambiente”. Catas Altas é a líder do ranking, na categoria “Desenvolvimento Social”. O Ibram lançou uma segunda edição do concurso e os nomes devem ser conhecidos em 2024.

Na Vale, estamos sempre buscando aprimorar o engajamento com as comunidades das regiões onde mantemos operações, por meio de parcerias com prefeituras, empresas e organizações da sociedade civil, para melhor aplicabilidade dos royalties e de recursos voluntários e incentivados. Para isso, desenvolvemos uma metodologia para orientar os investimentos sociais da empresa.

Em 2022, mapeamos 1.532 comunidades consideradas prioritárias, que serão beneficiadas com um plano de melhoria das condições de vida local. Além disso, a Fundação Vale vem realizando ações significativas em saúde, educação e esporte que impactaram 1,48 milhão de pessoas em 2022, alcançando 31% da população de 53 municípios brasileiros.

São muitos os desafios, mas a mineração, com todo o seu potencial econômico, já mostrou que tem plena capacidade de contribuir com os municípios onde atua, em prol de um desenvolvimento econômico que concilie proteção ambiental, geração de renda e emprego com justiça social.

Céu, espaço, cor

» LAERTE RIMOLI
Jornalista

Tenho 63 anos, muito bem-vividos. Ainda lembro do trinar do passarinho que trouxe a primeira semente de Cambuí para a terra em que nasci e floresci. Essa árvore que me pinta de amarelo todo dezembro tem a companhia da Sibipiruna. Juntas, rivalizam com os ipês que reinam no auge da seca. Vieram das Minas Gerais. Mesmo lugar onde nasceu JK, o homem que me tirou do papel. Me transformou em gente. Lembro dele nas serestas, pelo riso fácil e por uma palavra que nos marcou: esperança. Taí, seria um bom nome para mim. Bobagem, adoro a sonoridade do meu. A liberdade com que fui criada se manifesta em cada canto do quadrádnho que me abriga.

Nasci da ruptura. E, mesmo assim, sou ternura. O Brasil precisava avançar para o Oeste, desabitado. Minha amiga Rio de Janeiro, linda, incomparável, cedeu de má vontade o posto que hoje ocupo. Somos o exato oposto. Vim ao mundo num descampado, no Planalto Central, a mil metros do nível do mar. O Rio se debruça no oceano, é litoral. Minhas águas, nascidas no pequeno Rio Paranoá, foram transformadas em lago. O clima é seco por aqui, mas minh'alma é ancha. Sou fruto do caldeamento de raças, sou diversa. Os candangos que me deram forma vieram de toda parte: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste. Mas meu gene é marcadamente mineiro. Meu bioma é o

Cerrado. Foi em Jataí, aqui no vizinho Goiás, em 1955, que Toniquinho cobrou de JK a promessa que me tornou realidade. E materializou o sonho de Dom Bosco: uma nova civilização.

Acusam-me de não ter esquinas, coisa de quem não me conhece. Dizem que sou fria. Puro engano, adoro aglomeração. Promovo encontros em amplos gramados Só não me peçam para imitar as outras. Sou original. Preciso de ar puro, não suporto buzinas ou odores típicos das metrópoles. Minha composição física é plena de te-sourinhas, grandes vãos e, vá lá, de concreto. Tenho o maior orgulho das faixas que cortam minhas veias. Honram o nome: “faixas de pedestre”, protegem o ser humano comum.

Ao mirar o alto, me deparo com o azul profundo do céu do Cerrado, uma de minhas marcas registradas. Nas entrequadradas que me tecem, grandes guarda-chuvas verdes permitem um passeio agradável, entremeado de raios de luz. As mudas de Burle Marx se tornaram imensas copas. Aqui cabe um agradecimento público ao botânico Ozanan Coelho. Durante 40 anos, o Departamento de Parques e Jardins, que comandou com leveza e doçura, tratou de suavizar o concreto aparente dos meus primeiros anos. Agora, as flores se alternam. Variadas espécies trocam de cor. Espatodias, buganvilles, ipês, flamboyants, cambuis.

Parques, cachoeiras, vales, pequizeiros, ca-juzinho silvestre, prosa de vários sotaques, manga, jaca, jaboticaba, amora e abacate em abundância e ao alcance das mãos nas minhas entranhas e ao redor. Gosto de ver o espanto das pessoas que visitam o Palácio do Itamaraty, no centro do meu corpo. Ali, o Brasil se explica. A genialidade de Niemeyer, que me traçou, se manifesta. A escada interna, em caracol, nos leva ao infinito e abre a visão do prédio da Justiça, igualmente belo, através de generosas janelas. Um verdadeiro espetáculo.

Frequento rodas de samba, que herdei dos cariocas; criei bandas de rock, que persegui no imaginário brasileiro; exporto gente que, no meu convívio, aprendeu o que é amplitude. Venham me conhecer. Pastel na Rodoviária, sabores diversos na feirinha do Kituart, comidas da Amazônia. O Clube do Choro, a Escola de Música, o pôr do sol no Pontão. Passeios de barco no Lago Paranoá. Dispam-se de preconceitos. O poder que adquirir não me conspurca. Não me culpem pelo mau uso dele. Aceitem o novo. Eu sou o coração do Brasil, pulsante, ir-riqueto. Profusão de cores e sabores. Estética única. Sempre disposta a incorporar novas influências. Com uma pitada de arrogância: sou monumental, nem por isso menos humana. Muito prazer, eu sou Brasília.